



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO

Número	Data	Rubrica
0836	15 MAIO 2017	

DESPACHO PROVADO

Sala das Sessões 15 MAIO 2017

Angela M Maziero Steganoli
Presidente

EMENTA

REQUERIMENTO Nº. 258 /2017. (VERBAL)

Solicita informações ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal acerca do Escritório Castellucci Figueiredo e Advogados Associados, a saber:

EXMO. SR. PRESIDENTE:

REQUEIRO à Mesa, cumpridas as formalidades Regimentais da Casa, após a manifestação do Nobre Plenário, no sentido de ser oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Mococa, Dr. Wanderley Fernandes Martins Júnior, para que Sua Excelência, por meio do Departamento competente, informe a esta Casa de Leis:

1- É de conhecimento popular, que o Ministério Público acusa o Escritório Castellucci Figueiredo e Advogados Associados, de gerar prejuízos em municípios, no que se refere ao recolhimento de INSS. Também, é notório, que a contratação do referido Escritório foi feita na Gestão do Ex-Prefeito Municipal, Dr. Antonio Naufel (PSDB), o que gerou irreparáveis danos ao erário. Entretanto, durante a campanha eleitoral das Eleições Municipais Suplementares de 2017, Sua Excelência, candidato ao cargo de Prefeito Municipal, manifestou desconhecer que a referida contratação causou prejuízos ao Município. Portanto, é de interesse desta Casa, através do Vereador que o subscreve, obter informações acerca do assunto em questão, bem como se o atual Chefe do Poder Executivo Municipal procederia com a contratação do aludido Escritório para prestação de serviços ao Município.

2- Anexo ao presente para conhecimento e providências, matéria veiculada na imprensa "G1 – Globo" e link: <[http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2017/05/15.html?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar&desktop&utm_campaign=share-bar&](http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2017/05/15.html?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar&)> para acesso ao vídeo que motivou o presente requerimento.

Justificativa:-

O inciso IX do artigo 9º. da Lei Orgânica do Município, por si só, justifica o presente requerimento.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 15 de maio de 2017.

DR. EDUARDO RIBEIRO BARISON
Vereador/PV

SÃO PAULO

MP acusa escritório de advocacia de dar golpe em municípios em recolhimento de taxa menor do INSS

Dezesseis ações penais já foram propostas contra prefeitos e ex-prefeitos por terem contratado os serviços do escritório sem licitação.



Por G1 SP, São Paulo

15/05/2017 08h49 · Atualizado há 6 horas

O Ministério Público (MP) de São Paulo acusou um escritório de advocacia de dar golpe em 30 prefeituras do interior paulista ao prometer descontos no recolhimento de uma contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). De acordo com o MP, os prefeitos e ex-prefeitos que aceitaram a proposta da advogada Ana Paula Siqueira, da Sociedade Brasileira de Advocacia (SBA), deixaram dívidas milionárias para seus sucessores. A ação foi protocolada na quarta-feira (10) no Ministério Público de São Paulo (MPPS). O caso é investigado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que também atua no caso Lava Jato.

■ Golpe deixa sob investigação mais de 30 prefeituras de SP

Trinta e dois prefeitos e ex-prefeitos do interior de São Paulo estão na mira do Ministério Público. Eles contrataram, sem licitação, um escritório de advocacia que prometia descontos no recolhimento de uma contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Só que era um golpe, segundo o Ministério Público, e os prefeitos deixaram dívidas milionárias para seus sucessores.

O dinheiro não ficou só no escritório. Na investigação, o promotor aponta várias transferências feitas para outra empresa, a Finbank Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

O Bom Dia Brasil conseguiu falar com a ex-mulher de Alécio, que foi sócia dele no escritório Castelucci e que hoje é testemunha da acusação. Ana Paula dos Santos Figueiredo disse que o escritório era uma espécie de escudo para a Finbank. "Ele me falou que ele deixava cheques em branco em nome da Castelucci assinados", disse.

No endereço onde funciona o escritório de Alécio, ninguém atendeu a equipe de reportagem.

Dezesseis ações penais já foram propostas pelo Ministério Público contra prefeitos e ex-prefeitos por terem contratado os serviços do escritório sem licitação. Outros dezesseis estão sendo investigados.

Uma das investigações está sendo feita em Carapicuíba. Enquanto isso quem assumiu o cargo já pensa numa estratégia pra pagar as contas.

O advogado Alécio Castelucci Figueiredo disse por telefone que não iria se pronunciar porque o processo corre em segredo de justiça. O Bom Dia Brasil ligou para a Finbak Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, mas a pessoa que atendeu disse que não poderia ajudar.

A reportagem não conseguiu contato com o ex-prefeito de Carapicuíba, Sérgio Ribeiro, do PT. O ex-prefeito de Embú-Guaçú Clodoaldo Leite, do PMDB, disse que em 2009 o escritório Castelucci apresentou um trabalho jurídico que proporcionaria uma grande economia aos cofres públicos. Ele disse ainda que nessa época não havia nenhum processo contra o escritório e que a Procuradoria do município aprovou a proposta e o serviço foi contratado.

MAIS DO G1

Operação Lava Jato

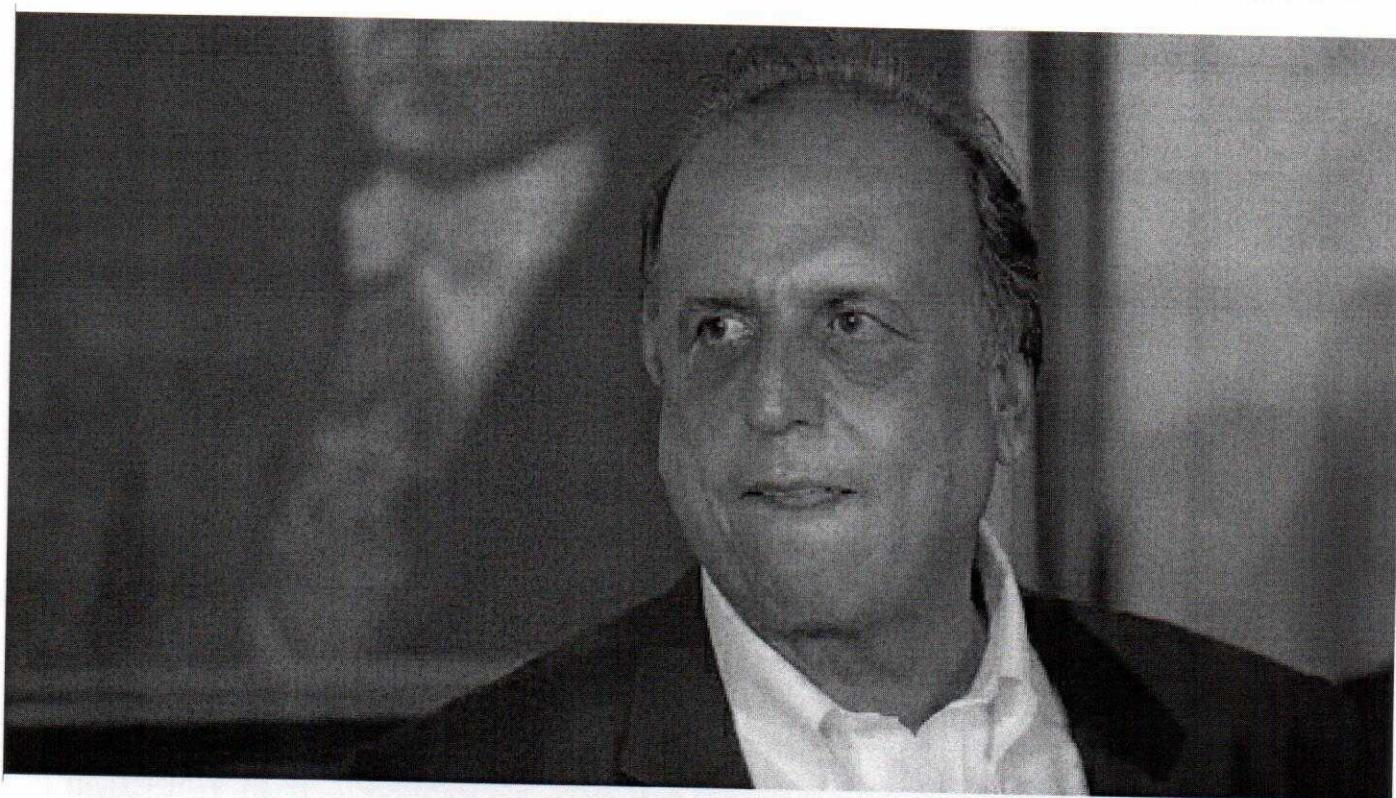


HÁ 11 HORAS

Violência no Rio

Apartamento do governador do RJ é assaltado no Leblon

Polícia investiga o caso e tenta identificar suspeitos.



HÁ 11 MINUTOS

Ação sobre triplex

Moro nega pedidos de Lula e do MPF para ouvir novos depoimentos

Juiz também deu prazo para apresentação das alegações finais.

2017-5-15

MP acusa escritório de advocacia de dar golpe em municípios em recolhimento de taxa menor do INSS | São Paulo | G1

globo.com

© Copyright 2000-2017 Globo Comunicação e Participações S.A.